



Ecopolítica: um novo horizonte para a biopolítica

Alfredo Veiga-Neto¹

Resumo: Discutem-se os conceitos foucaultianos de biopoder e biopolítica, em termos de suas origens, usos e imbricações com a Modernidade e com a formação dos Estados modernos. Argumenta-se que a ecopolítica representa um novo horizonte e uma ampliação da biopolítica, na medida em que estende, do humano para o planetário, o papel conferido à vida. Para alguns autores, pode-se alargar a ecopolítica até mesmo para fora do nosso planeta. Em sintonia Foucault — que inscreveu a biopolítica no quadro mais amplo de uma história da governamentalidade liberal —, sugere-se inscrevermos a ecopolítica no marco da governamentalidade neoliberal, de modo a falarmos até mesmo em uma ecogovernamentalidade. Articulado a ecopolítica e a ecogovernamentalidade com o colapso do espaço e a progressiva desfronteirização contemporânea, sugere-se que é importante e urgente ressignificarmos o mais profundamente possível as relações entre o humano e o ambiental. Discute-se a problemática apropriação que o neoliberalismo tem feito da ecopolítica bem como o caráter controlador, autoritário, utilitarista e excludente de certas práticas e políticas dirigidas à preservação ambiental e à ecologia. São feitos comentários sobre algumas relações entre a ecopolítica e a educação.

Palavras-chave: Michel Foucault, Governamentalidade, Disciplina, Biopoder, Neoliberalismo, Ecopolítica.

Estamos em busca das novas categorias que podem tornar inteligíveis as destruições e as perturbações, mas igualmente as iniciativas que vivemos.

Alain Touraine²

Nunca é demais situarmos geometricamente aquilo que pensamos, dizemos e escrevemos. Questões como “quais são as bases dos nossos pensamentos”, “de onde

¹ Mestre em Genética e Doutor em Educação. Professor Titular do Departamento de Ensino e Currículo e Professor Convidado Permanente do PPG-Educação, da Faculdade de Educação da UFRGS, Porto Alegre, RS. E-mail: alfredoveiganeto@uol.com.br

² Touraine (2009, p.12).

falamos” e “para onde falamos” parecem estar sempre presentes, implícita ou explicitamente, em nossos pronunciamentos. De uma parte, as metáforas geométricas nos ajudam a pensar e a explicar os solos sobre os quais se alicerçam o que pensamos; de outra parte, tais metáforas mostram por onde andam e se articulam os nossos pensamentos. Aliás, o próprio verbo “situar” tem, por si só, um caráter posicional; ele assume uma certa carga topológica, se aqui entendermos “topologia” no sentido de uma racionalidade fundada num determinado espaço enunciativo.³

Basta um exame atento para o que consta no parágrafo anterior para logo vermos o quanto o discurso está preso às imagens geométricas, o quanto estamos imersos em elementos topológicos. Notem que, além do verbo “situar”, me referi a “os solos”, “bases”, “por onde”, “fundar” e “andar por”. E como se tudo isso ainda fosse pouco, qualquer metáfora carrega, em si, a imagem do transporte de um sentido, já plasmado num campo semântico, para um sentido análogo, porém pertencente a um outro campo semântico.

Essa rápida digressão acerca do caráter topológico daquilo que pensamos, dizemos e escrevemos serve de ponto de partida para que eu estabeleça as duas questões que são básicas para a melhor compreensão deste texto.

Em primeiro lugar, quero marcar a região a sobre a qual e partir da qual estou pensando quando componho o que segue. Essa região situa-se no interior de um triângulo formado pelas minhas incursões nos *Estudos Foucaultianos* (o lado 1), pela minha formação de biólogo (o lado 2) e pelas minhas experiências com a Educação (o lado 3). É flutuando dentro desse triângulo imaginário — ora me aproximando mais de um lado do que dos outros dois — que eu me movo neste texto.

Tal flutuação implica uma articulação não apenas móvel mas, também, uma articulação cujos elementos que a compõem assumem intensidades e presenças variáveis. Assim é que ora o componente foucaultiano é mais forte, ora é o educacional e ora é o biológico. Desse modo, a minha abordagem e os argumentos que trago envolvem mais do que uma transversalidade temática e disciplinar; trata-se, digamos, de uma triangulação móvel e graduável.

Em segundo lugar (e talvez mais importante), quero apontar para a força que quero dar à metáfora que usei no título deste texto. Ao me referir à ecopolítica como um novo horizonte para a biopolítica, sublinho o fato de que aquela, a ecopolítica, amplia os horizontes e leva adiante tudo o que já foi pensado e dito sobre a biopolítica. De fato,

³ Assumindo uma certa liberdade vocabular, tenho usado a palavra “topologia” para me referir a tudo aquilo a que, em maior ou menor grau, se pode atribuir algum caráter geométrico ou propriedade ligada a um lugar, seja numa linha, numa superfície ou num espaço. Para isso, me valho da associação entre os radicais gregos *top-* (lugar, local) e *-logos* (língua, enunciação de um julgamento, proposição, razão). Assim, a topologia não guarda, aqui, um maior compromisso com o conceito que os matemáticos atribuem a essa palavra.

vários autores têm insistido que, a partir de tal ampliação, a biopolítica pode ser entendida como um caso da ecológica, de modo que essa passa a englobar aquela.

Frequentemente, as palavras que carregam conceitos muito relevantes e capazes de descrever e problematizar condições, configurações e relações vistas como importantes, são submetidas a ressignificações e metaforizações que acabam por deslizar, para outros campos semânticos, os seus sentidos primeiros. Às vezes, são outras palavras que, na forma de afixos — prefixos, infixos ou sufixos —, são combinadas com aquelas que já existem, de modo a gerar novos significados⁴. Esse parece estar sendo o caso da biopolítica. Assim, por exemplo, em um artigo recentemente publicado (Veiga-Neto, 2011), explorei, no marco da Educação em Ciências e da Educação Ambiental, as relações entre a biopolítica e a noopolítica, um conceito inspirado na biopolítica e proposto e desenvolvido por Lazzarato (2004), há cerca de uma década.

Neste texto, agora instigado pela proliferação discursiva que gira em torno da ecológica, quero não apenas argumentar que ela abarca a biopolítica, mas quero também lembrar, ainda que de modo esparso, as possíveis implicações da ecológica com a Educação. Quando me refiro a “de modo esparso”, quero dizer que não darei um tratamento sistemático ou exaustivo para tais implicações; apenas lembrarei, aqui e ali, algumas das possíveis conexões entre a Educação (principalmente escolar) e a ecológica.

E mais: como veremos no final deste texto, a partir dessas duas questões centrais acima mencionadas — a *primeira*: a minha flutuação no interior de um triângulo imaginário; a *segunda*: a ampliação dos horizontes da biopolítica — esboçarei algumas referências de ordem epistemológica. Elas poderão ser entendidas como alertas que nos previnam do fundamentalismo, denunciamento, catastrofismo e salvacionismo que têm marcado os mais variados discursos que tratam tanto do Ambiente quanto da Educação.⁵

Como a biopolítica está no centro deste texto, ela exige um detalhamento maior. Farei isso a partir daqui.

A biopolítica

Começemos com algumas considerações sobre a biopolítica, um conceito em torno do qual a produção bibliográfica vem experimentando um crescimento notável ao longo da última década. Como logo veremos, não há apenas um conceito para essa palavra e as complicações que ela encerra não são triviais. Ainda que nas últimas três

⁴ Tem-se um bom exemplo disso no conjunto de palavras que giram em torno da “disciplinaridade”: multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade etc. (Veiga-Neto, 1996).

⁵ Para uma primeira aproximação desses *topoi* presentes na tradição ocidental, vide Veiga-Neto (2004) e Veiga-Neto; Lopes (2010).

décadas tenha predominado amplamente o conceito proposto por Michel Foucault — biopolítica como uma política que, visando assegurar a vida biológica do homem, é exercida pelo Estado, o qual toma para si os cálculos, as ações, as regulações e os controles sobre as populações —, bem antes disso outros já trataram das relações entre a vida e a política ou, mais especificamente, já se ocuparam da ideia de uma política da vida.

Ao nos referirmos à biopolítica como uma política da vida, entra logo em questão a ambivalência do genitivo: “a vida pode ser tanto o sujeito quanto o objeto da política” (Castro, 2011, p.15). Foi essa ambivalência que levou Esposito (2004) a falar numa *biopolítica negativa* — em que a vida é o objeto da política — e numa *biopolítica positiva* — em que a vida entra como o sujeito da política. No mesmo sentido vai Lemke (2011), em sua recente e importante obra *Biopolitics. An advanced introduction*.

As dificuldades não param por aí. Assim, por exemplo, pode-se perguntar sobre os variados sentidos que são atribuídos à palavra “vida”. Dois desses sentidos logo se colocam: trata-se tanto da *vida em geral* — como todo o conjunto de estruturas e correlatas funções biológicas envolvidas com a manutenção do indivíduo e sua reprodução (para manutenção da espécie) — quanto da *vida humana* — tomada não apenas na dimensão de vida biológica mas, também, na sua dimensão de vida racional e envolvida com a política.

De modo similar, a palavra “política” pode ser entendida de muitas maneiras, que vão de uma dimensão estritamente jurídico-institucional até uma dimensão estritamente social. E como se isso ainda fosse pouco, encontram-se várias combinações entre ambas as dimensões.

Como que para complicar ainda mais as coisas, a “biopolítica” tornou-se uma palavra da moda, muito frequentemente de significado vago ou, mesmo, praticamente sem significado algum em si mesma. Nesses casos, ela funciona apenas como moeda (tida como) forte em jogos de retórica que mais valem como combustível para uma performatividade oca, sem a menor preocupação com a semântica, mas com a máxima preocupação com a pragmática...

Frente a tais dificuldades, tratemos um pouco — bem pouco, é verdade... — dos sentidos principais atribuídos à biopolítica.

Desde que se começou a publicar os cursos que Michel Foucault proferiu no Collège de France — e, em especial, os cursos diretamente relacionados com a razão política, como é o caso de *Em defesa da sociedade* (Foucault, 1999), *Segurança, território, população* (Foucault, 2008) e *Nascimento da biopolítica* (Foucault, 2008a) —, muitos autores das mais diferentes áreas, atentos à potência analítica da biopolítica na forma como ela foi proposta pelo filósofo, lançaram-se ao empreendimento de incorporar tal conceito como uma importante ferramenta para suas próprias pesquisas. E, como já referi, até mesmo para tensioná-lo e desdobrá-lo em vários outros.

Mas, ao contrário do que muitos têm dito, nem a palavra biopolítica e nem o conceito que ela encerrou por várias décadas foram criados por Foucault. Num estudo rigoroso, Castro (2011) traçou uma cuidadosa genealogia, mostrando que até mesmo já no início do século XX Johan Rudolf Kjellén criou a palavra biopolítica⁶. Mesmo assim, para o que está em discussão neste texto, esse político e politicólogo sueco deve ser visto como o criador de uma palavra e não como um ponto de origem de uma ideia. Afinal, bem antes dele, Aristóteles, já no século IV a. C., havia tratado demoradamente sobre as relações entre a vida e a política.

Para o que está aqui em discussão, não interessa nos aprofundarmos numa discussão acerca das proveniências remotas do conceito. Basta que se tenha claro que, a partir da primeira década do século passado, a biopolítica estava presente, ainda que de modo um tanto rarefeito, na literatura da Filosofia e da Ciência Política. Nesses primórdios, a biopolítica era entendida como a própria vida de uma sociedade, tomando vida no sentido metafórico das relações entre as diferentes partes e atividades que compõem o todo social, em sentido análogo às relações que existem entre as partes de um organismo vivo ou mesmo às relações que os organismos vivos mantêm entre si. Como esclarece Castro (2011, p.32), a biopolítica de Kjellén “trata das lutas sociais, do enfrentamento e da cooperação que define o dinamismo da vida social”.

É fácil ver que esse conceito primordial nominado pela palavra “biopolítica” está fundado sobre a metáfora organicista do Estado, cunhada por Aristóteles em sua *Política*. Tal entendimento de Kjellén manteve-se até meados do século XX. A partir de então, alguns autores franceses — entre eles, Edgar Morin — e ingleses — entre eles, James Davies — operaram deslizamentos da metáfora organicista no sentido de recorrer à Biologia no que tange a conceitos e métodos, para estudar e descrever os fenômenos sociais e os correspondentes processos políticos que lhes são imanentes. Os primeiros daqueles autores, tentando explicar a história das sociedades humanas a partir da Biologia; os ingleses, buscando na Biologia os conceitos e métodos que pudessem ser úteis à Sociologia.

Essa situação muda e se amplia em meados da década de 1970. No inverno de 1975-1976, Foucault ministrou, no Collège de France, o curso que no Brasil ficou conhecido com o nome de *Em defesa da sociedade*. Foi ali, na aula do dia 17 de março de 1976, que o filósofo discorreu, em detalhes, sobre o sentido que estava dando a essa palavra, por ele mesmo usada pela primeira vez na segunda conferência que havia proferido no Rio de Janeiro, em outubro de 1974 — *O nascimento da medicina social* (Foucault, 2006)⁷. Nas aulas seguintes daquele mesmo curso no Collège de France, Foucault volta ao assunto. E faz o mesmo, porém com menos detalhes, no curso

⁶ A título de curiosidade, lembro que Esposito (2004) atribui a J. R. Kjellén também a criação da palavra “geopolítica”.

⁷ No Brasil, esta conferência foi traduzida por Roberto Machado e consta na conhecida coletânea *Microfísica do poder* (Foucault, 1992).

Segurança, território, população, no inverno de 1977-1978. O curso seguinte, no inverno de 1978-1979, leva essa mesma palavra no título: *Nascimento da biopolítica*. Mas, um tanto estranhamente⁸, nesse último curso ele ocupa-se muito mais com a história e a caracterização do liberalismo e do neoliberalismo do que, propriamente, com a biopolítica.

Também não deixa de ser estranho que, embora a biopolítica tenha aparecido várias vezes nos cursos de Foucault, esse conceito não esteja presente em algum outro livro escrito pelo filósofo, a não ser no primeiro volume da *História da sexualidade — A vontade de saber* (Foucault, 1999a).

Foucault refere-se à biopolítica como a política que trata da vida das populações, ou seja, a política que tem como interesse e preocupação principais a própria vida das populações, em termos de governá-las em função do binômio saúde-morbididade, bem como no que concerne à sua higiene, alimentação, natalidade, mortalidade, sexualidade, longevidade, fecundidade, casamentos etc. Em íntima articulação com o surgimento dos Estados modernos, dos saberes estatísticos e com a ideia de população como um organismo vivo, a biopolítica toma a vida humana como o próprio objeto da política; ela promove a distribuição das ações de governo dos (e sobre os) indivíduos que compõem uma população, no âmbito da vida. Sendo assim, o conceito foucaultiano afasta-se da conotação organicista que, até a época de suas investigações, outros autores haviam atribuído à biopolítica.

Como mostrou o filósofo, se do início do século XVII até os finais do século XVIII o poder disciplinar havia presidido o governo dos indivíduos é porque ele dava conta do modelo de soberania sobre o qual se assentava a vida política⁹. O modelo da soberania parte do pressuposto de que o poder é algo natural e conferido, por origem, àquele que pode e deve exercê-lo. Tal modelo mostrou-se insuficiente para gerir as populações humanas que, no século XVIII se encontravam em franca explosão demográfica e em vias de industrialização. Certas instituições — como a escola, o hospital, o quartel, a fábrica etc. — se modificaram e assumiram a tarefa de “implantar” e disseminar amplamente um novo modelo não mais de soberania, mas de governamentalidade¹⁰ (Veiga-Neto, 2000). É aí que “o conceito de biopolítica esboçado

⁸ Num balanço que Foucault faz no transcórre desse mesmo curso, ele explica por que resolveu dirigir suas aulas menos para uma discussão sobre a biopolítica e muito mais para longas e detalhadas explicações e problematizações acerca do liberalismo e do neoliberalismo. Para um interessante desenvolvimento dessa opção, vide Castro-Gómez (2010).

⁹ Em meus estudos sobre a disciplinaridade moderna, situei a emergência do movimento de ressignificação e progressiva expansão das disciplinas — um movimento a que denominei *virada disciplinar* — já em meados do século XVI, portanto mais de meio século antes do que propôs Foucault (Veiga-Neto, 1996).

¹⁰ Para mais detalhes, vide, entre outros, os importantes estudos de Gadelha (2009); Nogueira (2011) e Varela; Alvarez-Uría (1991).

por Foucault, antes de 1978, nasce como oposição ao paradigma da soberania” (Castro-Gómez, 2010, p.55).

Como bem sabemos, Foucault criou a palavra “governamentalidade” para designar um amplo leque de questões que na Modernidade tomam, como objeto de estudo e ação, as maneiras de governar, as formas pelas quais se conduzem as ações. Para ele, a governamentalidade situa-se “no encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (Foucault, 2006, p.785). Ela nada tem a ver com o modelo de soberania nem com o modelo do Príncipe, mas funciona a partir do século XVIII como uma dobradiça, capaz de articular aquilo que é próprio da população com aquilo que é próprio das subjetividades; em outras palavras, articulando o coletivo com o individual.

Deriva justamente desse caráter articulador da governamentalidade o fato de que a biopolítica pode extravasar para além da dimensão populacional e política de modo a entrar na dimensão dos sujeitos ou, talvez seja melhor dizer, da subjetividade e da ética de si. E, ao colocar a ética de si nessa intrincada equação, a governamentalidade coloca-a também no plano da política. É esse um dos principais pontos em que a biopolítica assume relevância no campo da Educação¹¹.

Foram aquelas instituições já referidas — a escola, o hospital, o quartel, a fábrica etc. — que se modificaram de modo a encaminhar novas “soluções” para os novos problemas que colocavam em xeque a vida dos indivíduos e até mesmo a própria sobrevivência do Estado e das novas configurações econômicas de todo o Ocidente. O poder disciplinar não era mais capaz de, por si só, dar conta do *status quo*. Foi a partir daí que o biopoder surgiu como uma nova forma de poder. Isso certamente não significou o desaparecimento do poder disciplinar; como mais de uma vez Foucault frisou, é preciso pensar tudo isso em termos de ênfases e realces, combinações e até reforços mútuos.

No sentido mais amplo, o biopoder é a forma pela qual determinadas ações tomam por objeto a vida humana (Rabinow; Rose, 2006). Seja no âmbito dos *corpos humanos* (pensados em sua individualidade, como corpo-indivíduo), seja no âmbito das *populações humanas* (pensadas como um corpo vivo, um assim chamado corpo-espécie), o biopoder atua sobre a vida. No caso dos corpos humanos, o biopoder atua pelas tecnologias disciplinares; no caso das populações humanas, o biopoder atua pelas biopolíticas. Tais “operadores” do biopoder não são antagônicos, mas se complementam, se conectam e muitas vezes até se reforçam. A partir daí, pode-se dizer que, num sentido mais restrito, o biopoder refere-se às ações que tomam por objeto a vida tanto dos corpos individuais quanto do corpo-espécie a que chamamos de

¹¹ Felizmente, a bibliografia que circula no Brasil sobre as relações entre a biopolítica e a Educação tem crescido bastante. Mesmo correndo o risco de cometer omissões injustas e não referindo os numerosos artigos em periódicos e capítulos esparsos em livros (como é principalmente o caso daqueles publicados na coleção *Estudos Foucaultianos*), cito Gadelha (2009) e as coletâneas organizadas por Oliveira; Kohan (2012) e Pulino; Gadelha (2012).

população¹². Assim, como Foucault deixa claro no primeiro volume de História da sexualidade (Foucault, 1999, p.131), o biopoder, a partir do século XVII¹³, desenvolveu-se “em duas formas principais, que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois polos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações”. Um desses polos, o mais antigo, tomou o corpo humano como máquina individualizada, fazendo as disciplinas atuarem sobre ele. O outro polo formou-se em meados do século XVIII e tomou como objeto o corpo-espécie, fazendo atuar sobre ele toda uma série de novas tecnologias de intervenção e regulação, a partir de seu conhecimento cada vez mais detalhado e exaustivo. Tais tecnologias seguem um conjunto de estratégias (de intervenção e regulação) sobre a vitalidade humana coletiva, que Foucault denominou biopolítica.

É justamente nesse ponto que a famosa máxima do “deixar viver, fazer morrer”, característica da lógica da soberania, inverte-se para a máxima moderna do “fazer viver, deixar morrer”, própria da governamentalidade moderna. Nesse ponto, abrem-se vários problemas relativos às práticas da exclusão includente, uma prerrogativa que os Estados contemporâneos arrogam a si: depois de abandonar parte dos seus indivíduos para deixá-los morrer, o próprio Estado suspende suas garantias e os captura para fazê-los morrer (Candiotto, 2011).

De novo aqui, o envolvimento entre a biopolítica e a Educação é deveras interessante, principalmente se atentarmos para as políticas e práticas de inclusão¹⁴.

Esta leitura foucaultiana da biopolítica afasta-se não apenas do tratamento organicista que Kjellén havia dado a essa palavra, mas, também e radicalmente, das interpretações marxianas e weberianas acerca das relações entre História e Economia. Afastando-se de uma leitura economicista e ascética, Foucault argumenta, como tão bem salientou Castro (2011a, p.55), que “a entrada da vida na história foi determinante para a formação do capitalismo” e que o biopoder “assegurou a inserção controlada dos corpos no aparelho produtivo e para ajustar os fenômenos da população aos processos econômicos”. Além disso, questões tais como a sexualidade, a soberania, a medicalização, a norma, a governamentalidade, os dispositivos de seguridade e o racismo — principalmente na forma política de racismo de Estado — encontraram (e continuam encontrando) no biopoder e na biopolítica a condição de possibilidade para a

¹² Não deixa de ser um tanto estranho que o próprio Foucault jamais tenha feito uma distinção clara entre “biopoder” e “biopolítica”; “são termos que ele utiliza indistintamente” (Castro-Gómez, 2010, p. 55, nota 3).

¹³ Aqui, insisto numa ressalva. Conforme já comentei na nota 9, em meus estudos genealógicos sobre a disciplinaridade moderna, situei a emergência desse primeiro polo na segunda metade do século XVI (Veiga-Neto, 1996).

¹⁴ Para discussões detalhadas sobre as relações entre biopolítica, governamentalidade e inclusão educacional, vide: Lopes; Hattge (2009), Rechico; Forte (2008), Skliar et alii (1997), Thoma; Hillesheim (2011), Lopes; Dal’Igna (2007), Veiga-Neto; Lopes (2011),

sua emergência, disseminação e relevância¹⁵, nas formas como hoje são conhecidas e praticadas.

Da biopolítica para a ecológica

Também aqui, a história de uma palavra neste campo começa com Rudolph Kjellén. Numa obra que acabou caindo no esquecimento — *Grundriss zu einem System der Politik* (1929) — e em que tratou de estabelecer os fundamentos de uma Ciência Política não idealista, mas organicista, Kjellén chamou de “ecológica” ao ramo da Politologia que aborda “os fatores econômicos que determinam a posição e o poder do Estado” (Castro, 2011, p.31). Esse conceito praticamente nada tem a ver com os diferentes significados que hoje se atribuem à ecológica. Mais uma vez, conceitos diferentes são atribuídos a uma mesma palavra.

Numa primeira aproximação bem ampla, atualmente compreendemos a ecológica como o conjunto de políticas orientadas para o controle da vida no ambiente, a nível planetário. Muitos têm usado essa palavra num sentido positivo: como o conjunto das normas e leis em favor do meio ambiente. Outros, usando ecológica como adjetivo, ligam a ela a ideia de autoidentificação da ecologia e dos movimentos ecológicos enquanto saberes e práticas de caráter eminentemente político (Viola, 1987). Outros mais vêm a ecológica como a nova face das Ciências Políticas, configurando-a “como um instrumento de luta social que viabiliza novos conceitos, linguagens e estratégias de mudança social” (Ruiz, 1991, p.130). Vista como capaz de articular um desenvolvimento econômico e social autossustentável, a biopolítica “prioriza estratégias e soluções de pequeno e médio porte, em níveis concretos de municípios, vinculando as bases às esferas do poder, e as decisões internacionais à ação local” (idem). Seria, então, pelas ações pautadas pela ecológica que evitaríamos o ecocentrismo anti-humanista e, ao mesmo tempo, promoveríamos um melhor equilíbrio entre o homem e seu ambiente.

Questões tais como consciência ecológica, preservação do planeta, minimização dos partidarismos, segurança, respeito às diferenças etnoculturais, atenção às necessidades locais, sustentabilidade e antiutilitarismo constam nas agendas da ecológica. Além disso, quase sempre é explícito o acento ético dos discursos ecológicos, com defesas candentes a favor de uma nova ética planetária que submeta os interesses econômicos (do capitalismo) aos interesses sociais.

Pode-se dizer que a ecológica não apenas desloca a importância até agora conferida à biopolítica como, também e principalmente, amplia, do humano para o planetário, o papel conferido à vida. Assim, nossos interesses e preocupações com a manutenção da vida vão para além da população humana (como corpo-espécie) e se instalam no todo do planeta (como um novo corpo vivo, digamos um corpo-ecológico

¹⁵ Seria preciso lembrar que, no contexto em que este texto se situa, a palavra “relevância” não implica nenhum juízo de valor?

ou um corpo-planetário). E, se a questão é de ampliar o escopo da biopolítica, não há como não trazer à baila, entre outras, propostas como as de Siqueira (2012, p.42), quando esse autor mostra a necessidade de incluirmos, em nossas discussões, “o deslocamento da política e, mais recentemente, os investimentos capitalistas para a órbita do planeta Terra”. Dessa maneira, a ecopolítica transbordaria para fora do nosso planeta.

No mesmo sentido vai Passetti (2012, p.19-20), para quem o

planeta, sua existência própria no sistema solar, no universo — e este não mais entendido como infinito, mas orientado pela noção de inacabado como universo em expansão —, aos poucos substitui a experiência de território. O território e a população são assimilados por “ecossistemas” e são deslocados para o espaço: a importância da humanidade se torna imediata e esta passa a ser o alvo de direitos, políticas, programas e resistências.

Em sintonia com o procedimento de Foucault — que inscreveu a biopolítica no quadro mais amplo de uma história da governamentalidade liberal —, é o caso, então, de inscrevermos a ecopolítica no marco da governamentalidade neoliberal, de modo a falarmos de uma ecogovernamentalidade, como extensão e atualização da governamentalidade liberal ou (digamos) “clássica”.

Nessas ampliações conceituais, alguns autores vêm falando também em ecogovernamentalidade. Para Malette (2011, p.4) a ecogovernamentalidade implica uma “reorganização dos conceitos de população, segurança e economia política, nos quais a regulação dos vivos se expandiria para regulação de tudo o que necessário para a vida”. Tal expansão das regulações tradicionais configura “uma nova *épistème* ecológica que levaria o problema do governo a uma nova fase crítica” (idem).

Esse autor é ainda mais explícito quando afirma que

podemos ampliar a problematização da governamentalidade moderna ao sugerir que os problemas da “vida”, do “ambiente” e do “governo” coincidem agora com a emergência da “ecopolítica”, cristalizando, assim, uma relação de poder/saber que reorganiza profundamente de maneira relacional os três movimentos constitutivos da governamentalidade moderna: governo, população e economia política (Malette, 2011, p.16) [grifos do autor]

Assim pensada, a ecopolítica pode funcionar como uma garantia contra o *ecologismo* de que nos fala Touraine (2009, p.165), em sua crítica ao discurso interpretativo dominante: “O que eu descarto é um ecologismo que, em nome da natureza, rejeita tudo aquilo que se refere à intervenção humana”. Ele coloca-se fortemente a favor dos “movimentos em defesa do meio ambiente que exigem uma visão mais ampla e responsável do desenvolvimento, indo além da atividade econômica” (idem). E, mesmo sem usar a palavra “ecopolítica”, Touraine refere-se à ecologia política: “Esta ecologia política é o exemplo mais importante da passagem de uma concepção ‘progressista’ e evolucionista para uma concepção mais crítica e até mesmo ambivalente do progresso, e a ação mais inovadora na busca de uma concepção que unisse os contrários em vez de nos obrigar a escolher entre um e outro” (idem)

[grifos do autor]. O sociólogo conclui essas passagens de modo otimista com relação aos ecologistas, na medida em que eles “nos convenceram de que o desenvolvimento econômico [assim] como o respeito ao meio ambiente deveriam ser associados às lutas contra a desigualdade e a exclusão” (idem).

Voltando a Malette (2011, p.17), constatamos que o par ecológica—ecogovernamentalidade abre “novos domínios de intervenção política com alcance nunca visto”, de modo a impor “novos limites para a ação humana, agora, argumentando que o “mundo natural” que sustenta toda a vida tem regras intrínsecas que nenhum governo ou indústria humana deve violar”. Nesses termos, até mesmo a territorialidade — elemento central no estabelecimento dos Estados modernos — tem de ser repensada.

Num mundo globalizado, repensar as relações entre a territorialidade e a ecogovernamentalidade adquire a maior importância, pois não se trata apenas de repensar as agressões que a lógica capitalista tem feito ao ambiente, em termos de esgotamento e contaminação. Trata-se, também, de repensar a própria lógica espacial de desterritorialização em que o capitalismo opera, em suas novas configurações contemporâneas¹⁶. Bem sabemos, por exemplo, que nos cenários do trabalho imaterial e do capitalismo cognitivo o espaço tende a colapsar — ou, no mínimo, se desfronteirizar — pela quase anulação das distâncias físicas entre os seus atores sociais e econômicos (Saraiva; Veiga-Neto, 2009; Harvey, 1996).

Nesse ponto, podemos articular ecológica, ecogovernamentalidade, colapso do espaço e desfronteirização para reforçarmos a urgência de ressignificarmos o mais profundamente possível as relações entre o humano e o ambiental. Tal ressignificação passa por um maior cuidado discursivo, na medida em que, frente àquelas relações — que são de uma imanência de tamanha magnitude —, não faz mais sentido falarmos em “o homem *no seu* ambiente”, “o homem *na* Natureza” e, nem mesmo, “o homem *e* a Natureza”. Não se trata de patrulhar o dito, de defender o sempre problemático “politicamente correto”, mas de manter aquilo que Gaston Bachelard chamou de “vigilância epistemológica”, a saber, uma atitude que combina rigor conceitual com respeito ao discurso racional¹⁷. Como um *plus* a essa vigilância epistemológica, tenho insistido que o cuidado com o dito significa ter respeito ao outro, nosso leitor ou ouvinte — esse outro que, no fundo, é sempre também nosso interlocutor e aquele de quem dependo para eu mesmo ser o que eu sou.

As implicações educacionais são aqui da maior magnitude. O campo dos Estudos do Currículo, por exemplo, talvez seja um dos mais permeáveis à recepção e

¹⁶ Ainda que pareça estranho, sustento que a desterritorialização contemporânea não implica uma denegação *tout court* do espaço, mas uma outra lógica a reger a distribuição das coisas ali contidas.

¹⁷ Mesmo reconhecendo que é muito difícil estabelecer os limites do que é (ou não é) racional, sugiro que, para os efeitos práticos deste texto, a racionalidade seja vista como a capacidade de dar “razões para”, de modo compreensível numa comunidade de discurso.

incorporação dessas articulações entre a ecológica e a ecogovernamentalidade. Para além dos conteúdos sobre ecologia — mas sem lhes retirar a importância —, as políticas e correspondentes práticas curriculares podem desempenhar um papel crucial na promoção de condutas éticas a favor do respeito ao ambiente e, ao mesmo tempo, colocar em movimento dispositivos capazes de promover subjetivação na contramão dos aspectos mais desumanos do neoliberalismo.

Nesses processos de ressignificação das relações entre o humano e o ambiental, convém estarmos atentos para as frequentes contradições performativas que qualquer análise discursiva, por mais simples que seja, põe logo à mostra. Vejamos um exemplo. Muitos, alicerçados em razões biopolíticas e ecológicas, defendem ardorosamente uma leitura holística da posição do homem no mundo natural, entendendo-os numa relação de imanência mútua radical. Mas, ao mesmo tempo, defendem um tipo de alimentação à qual eles mesmos adjetivam de “natural”¹⁸. Com isso, eles colocam o humano fora da natureza, separado do mundo natural. Basta perguntarmos por que, se consideram o homem como parte indissociável da Natureza, chamam de não-natural aquilo que é produzido pelo próprio homem. É claro que não faz sentido alguém contra-argumentar que, sob o ponto de vista gramatical, as palavras “artificial” e “natural” são antônimas; é preciso compreender que foi justamente no interior de um paradigma tradicional — que compreendia o homem separado (e quase sempre acima...) da Natureza — que se instituiu tal antonímia entre “artificial” e “natural”. Mantê-la implica aceitar tal separação; aceitar a separação leva à contradição performativa.

É preciso registrar a impressionante penetração da ecológica nos discursos contemporâneos afinados com a racionalidade neoliberal. Se quisermos nos manter sintonizados com o tratamento dado por Foucault ao liberalismo e ao neoliberalismo — por ele entendidos não como ideologias nem como objetos compreensíveis a partir da Economia, mas como práticas governamentais e, por isso, mais ao alcance da Politicologia —, vale a pena analisarmos a ecológica pelo viés da governamentalidade.

Sendo assim, a Educação entra de novo como peça chave em tudo isso. Como tinha acontecido quando a escola, a prisão, o hospital, o quartel haviam se ressignificado e mobilizado para a “implantação” e expansão da governamentalização do Estado, mais uma vez essas instituições, funcionando como maquinarias de subjetivação, são chamadas para a fundação e a expansão de novas subjetividades e novas práticas sociais (Veiga-Neto, 2000).

Tudo é perigoso...

Como título desta última seção, tomei emprestado a famosa máxima de Foucault (1995, p.256): “tudo é perigoso”. Logo a seguir, o filósofo esclarece que tudo

¹⁸ Numa variante de tal entendimento, fala-se também em “comida natural”, “alimentos naturais” e “alimentos biológicos”.

é perigoso “não significa exatamente o mesmo que ruim. Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer.” (Foucault, 1995, p. 256). Penso que este pequeno fragmento — “temos sempre algo a fazer” — nos conduz bem para o encerramento deste texto.

Dado que “temos sempre algo *a fazer*”— e, talvez mais do que isso, sempre há algo que *deve ser feito* —, é preciso procurar os caminhos e recursos pelos quais possamos ir adiante. Esse “ir adiante” não significa cumprir um suposto destino desde sempre impresso numa suposta natureza do homem e do mundo. Na contramão das metanarrativas judaico-cristãs, iluministas e idealistas que acreditam num motor a nos empurrar para frente e num *télos* a nos atrair para o fim da História, penso que cabe a nós bem mais do que simplesmente agir adequadamente para o cumprimento desses mitos tão profundamente entranhados na nossa cultura. Afastando-me para o mais longe possível de alguma forma de essencialismo, representacionismo e fundacionismo, procuro me colar ao pensamento de Foucault (2004, p.296) quando ele diz que todas as suas “análises são contra a ideia de necessidades universais na existência humana. Elas mostram a arbitrariedade e qual espaço de liberdade podemos ainda desfrutar e como muitas mudanças podem ainda ser feitas”.

Na medida em que nos descartamos dessas “necessidades universais”, logo nos livramos também dos *topoi* que têm caracterizado os discursos sobre o Ambiente e a Educação. O fundamentalismo, o denunciamento, o catastrofismo e o salvacionismo passam a ser compreendidos não mais como “realidades desde sempre aí”, mas como “realidades culturalmente construídas” e, portanto, passíveis de serem mudadas ou recusadas.

É de novo aí, então, que entra a Educação, em sua dupla dimensão de reprodução e inovação culturais¹⁹. Seja em sua forma institucionalizada e circunscrita às escolas, seja em sua forma social difusa, a Educação é um dos elementos-chave tanto para promover quanto para refrear as ações biopolíticas e ecológicas. Nesse sentido e como comentei anteriormente, muito já foi escrito e realizado no campo em que se articulam a Educação, a governamentalidade, o liberalismo, o neoliberalismo, a biopolítica e o biopoder. Mas, no que tange à ecológica e à ecogovernamentalidade, há muita coisa ainda por fazer. Arrisco-me a sugerir que uma parte deste “ainda por fazer” poderá ser facilitado se nos valermos dos avanços já conseguidos nas muitas discussões já travadas em torno da biopolítica e da governamentalidade.

Mas aqui é preciso continuarmos alerta para a ambiguidade dos nossos discursos e práticas sociais, tão bem sintetizada na máxima foucaultiana com que inicie esta última seção — “tudo é perigoso”. De um lado, como sublinhou Castelo Branco (2012, p.18), “os estudiosos da obra do filósofo tem ressaltado o caráter excludente e racista das práticas biopolíticas”; de outro lado, muitos estão mostrando o caráter

¹⁹ Aqui, dou à palavra “cultura” a maior abrangência possível, incluindo aspectos materiais, comportamentais, éticos, míticos, linguísticos etc.

controlador, autoritário, utilitarista e excludente de certas práticas ecológicas (Passetti, 2011, 2012). É nesse sentido que vai, por exemplo, o Editorial da revista *Ecológica*²⁰: “a ecológica e a [correlata] produção de novas institucionalidades pretendem alçar controles para além das práticas de liberdades por ela convocadas” (*Ecológica* n. 2, p.4). Duarte (2009) também problematiza esse lado mais sombrio da biopolítica, ao associá-la ao fascismo contemporâneo.

Nesses aspectos mais sombrios das nossas sociedades regidas pelas racionalidades liberal e neoliberal, a ecológica parece apresentar os mesmos “perigos” que muitos já detectaram na biopolítica, tais como a imposição de uma soberania estatal, o fascismo, o utilitarismo, o atrelamento e subordinação dos interesses sociais aos interesses do grande capital, a exclusão includente. Como vimos, o modelo da soberania que sustentava a lógica do “deixar viver, fazer morrer” acabou voltando, mas agora não mais a cargo de um soberano mas a cargo do próprio Estado.

Referências

CANDIOTTO, Cesar. Cuidado da vida e dispositivos de segurança: a atualidade da biopolítica. In: CASTELO BRANCO, Guilherme; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *Foucault: filosofia & política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p.81-96

CASTELO BRANCO, Guilherme. Biopolítica: a questão da seguridade social. *Resumos do Colóquio Transformações da Biopolítica*, São Paulo: PUC, 2012. p.18.

CASTRO, Edgardo. *Lecturas foucaulteanas: una historia conceptual de las biopolítica*. La Plata: UNIPE, 2011.

CASTRO, Edgardo. *Diccionario Foucault; temas, conceptos, autores*. Buenos Aires: UNIPE, Siglo Veinteuno, 2011a.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *Historia de la gubernamentalidad*. Bogotá: Siglo del Hombre; Pontificia Universidad Javeriana; Universidad Santo Tomás de Aquino, 2010.

DUARTE, André M. Foucault e as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p.35-50.

ECOPOLÍTICA – *Revista quadrimestral do Projeto Temático FAPESP Ecológica*, São Paulo, 2011.

ESPOSITO, Roberto. *Bíos. Biopolítica y filosofía*. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

_____. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: RABINOW, Paul; RABINOW, Hubert. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica* (para além do

²⁰*Ecológica* — editado pelo grupo da PUCSP liderado por Edson Passetti como parte do Projeto Temático FAPESP – Ecológica — é o primeiro periódico brasileiro dedicado aos estudos sobre esse conceito inspirado na biopolítica foucaultiana.

estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.253-278.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *História da sexualidade vol. 1 – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999a.

_____. Verdade, Poder e si mesmo. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos V. Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.p.294-300.

_____. La naissance de la médecine sociale. In: _____. *Ditset Écrits*, v. III. Paris: Gallimard, 2006. p.207-228.

_____. Les techniques de soi. In: _____. *Ditset Écrits*, v. IV. Paris: Gallimard, 2006. p.783-813.

_____. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1996.

KJELLÉN, Johan Rudolph. *Grundrisszueinem System der Politik*.Leipzig: S. Hirzel, 1920.

LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEMKE, Thomas. *Biopolitics.An Advanced Introduction*. New York: New York University Press, 2011.

LOPES, Maura C.; DAL'IGNA, Maria Cláudia (org.). *In/Exclusão nas tramas da escola*. Canoas: ULBRA, 2007.

LOPES, Maura C.; FABRIS, Elí H. (org.). *Aprendizagem & inclusão: implicações curriculares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

LOPES, Maura C.; HATTGE, Morgana D. (rg.). *Inclusão escolar: conjunto de práticas que governam*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MALETTE, Sébastien. Foucault para o próximo século. *Ecopolítica*, São Paulo, n. 1, 2011.p.4-25.

NOGUERA, Carlos Ernesto. *Pedagogia e governamentalidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Ó, Jorge Ramos do. *O governo de si mesmo*. Lisboa: Educa, 2003.

OLIVEIRA, Paula Ramos; KOHAN, Walter (org.). *Biopolítica, escola e resistência*.v. 2. Campinas: Alínea, 2012

PASSETTI, Edson. Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle. *Resumos* do XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo: USP, 2011. Acesso: 20/out/2012 em http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=627.

PASSETTI, Edson. Ecopolítica. *Resumos* do Colóquio Transformações da Biopolítica, São Paulo: PUC, 2012. p.18.

PULINO, Lúcia Helena; GADELHA, Sylvio (org.). *Biopolítica, escola e resistência*. v. 1. Campinas: Alínea, 2012.

RABINOW, Paulo; ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 24, abril, 2006. p.27-57.

RECHICO, Cinara F.; FORTES, Vanessa G. (org.). *A Educação e a inclusão na contemporaneidade*. Boa Vista: UFRoraima, 2008.

RUIZ, Noracy. A ecopolítica: a nova face das Ciências Políticas. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 6, n. 3, 1991.

SARAIVA, Karla; VEIGA-NETO, Alfredo. Modernidade Líquida, Capitalismo Cognitivo e Educação Contemporânea. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v.34, n.2, mai/ago 2009. p.187-201.

SKLIAR, Carlos (org.). *Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial*. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SIQUEIRA, Leandro. Procedências espaço-siderais das sociedades de controle: deslocamentos para a órbita terrestre. *Ecopolítica*, São Paulo, n. 3, 2012.

THOMA, Adriana S.; HILLESHEIM, Betina (org.). *Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

TOURAINÉ, Alain. *Pensar outramente o discurso interpretativo dominante*. Petrópolis: Vozes, 2009.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URÍA, Fernando. *Arqueología de la escuela*. Madrid: La Piqueta, 1991.

VEIGA-NETO, Alfredo. *A ordem das disciplinas*. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Tese de Doutorado.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme (org.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: NAU, 2000. p.179-217.

VEIGA-NETO, Alfredo. Algumas raízes da Pedagogia moderna. In: ZORZO, Cacilda; SILVA, Lauraci D.; POLENZ, Tamara (org.). *Pedagogia em conexão*. Canoas: Editora da ULBRA, 2004. p.65-83.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação em Ciências e Biopolítica, Educação Ambiental e Noopolítica. In: HENNING, Paula C.; RIBEIRO, Paula Regina C.; SCHMIDT, Elisabeth B. (org.). *Perspectivas de investigação no campo da Educação Ambiental & Educação em Ciências*. Rio Grande: FURG, 2011. p. 9-21.

VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: ANPEd, v. 17, n. 50, mai-ago, 2012. p.267-282.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, set-dez, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Para pensar de outros modos a modernidade pedagógica. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 12, n. 1, 2010. p. 147-166.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão, exclusão, in/exclusão. *Verve*, Nu-Sol/PUC-SP, n. 20, 2011. p.121-135.

VIOLA, Eduardo J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, n. 3, 1987.